

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	7
DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	8
Demonstração de Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	15

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	36
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	38
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	39

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	550.871.212
Preferenciais	0
Total	550.871.212
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	790.896	782.902
1.01	Ativo Circulante	73.919	74.160
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.599	3.844
1.01.03	Contas a Receber	26.599	26.478
1.01.03.01	Clientes	26.599	26.478
1.01.04	Estoques	34.806	38.872
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.385	2.344
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.385	2.344
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.749	758
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.781	1.864
1.01.08.03	Outros	1.781	1.864
1.02	Ativo Não Circulante	716.977	708.742
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	147.845	144.902
1.02.01.04	Contas a Receber	2.338	2.338
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	2.338	2.338
1.02.01.07	Tributos Diferidos	10.156	10.329
1.02.01.07.01	Outros Tributos a Recuperar	10.156	10.329
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	99.145	97.013
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	99.145	97.013
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	36.206	35.222
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	36.206	35.222
1.02.03	Imobilizado	569.001	563.689
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	331.040	331.023
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	40.159	43.581
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	197.802	189.085
1.02.04	Intangível	131	151
1.02.04.01	Intangíveis	131	151
1.02.04.01.02	Intangíveis	131	151

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	790.896	782.902
2.01	Passivo Circulante	98.075	101.884
2.01.02	Fornecedores	30.555	34.154
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	30.555	34.154
2.01.03	Obrigações Fiscais	29.521	30.400
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.817	1.791
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	13	22
2.01.03.01.02	Pis e Confins	1.458	935
2.01.03.01.03	INSS	346	834
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	255	1.396
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	27.449	27.213
2.01.05	Outras Obrigações	37.999	37.330
2.01.05.02	Outros	37.999	37.330
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	733	821
2.01.05.02.05	Outros Contas a Pagar	15.077	14.194
2.01.05.02.07	Arrendamento a pagar	22.189	22.315
2.02	Passivo Não Circulante	605.015	572.819
2.02.02	Outras Obrigações	576.581	545.749
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	547.569	513.132
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	547.569	513.132
2.02.02.02	Outros	29.012	32.617
2.02.02.02.03	Outras Contas a Pagar	1.533	1.533
2.02.02.02.04	Arrendamento a pagar	27.429	30.924
2.02.02.02.05	Adiantamento de clientes	50	160
2.02.04	Provisões	28.434	27.070
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	27.660	26.296
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	4.097	4.027
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	6.085	5.604
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	17.478	16.665
2.02.04.02	Outras Provisões	774	774
2.02.04.02.04	Outras provisões	774	774
2.03	Patrimônio Líquido	87.806	108.199
2.03.01	Capital Social Realizado	502.961	502.961
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-415.155	-394.762

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	56.515	55.570
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-57.251	-53.721
3.03	Resultado Bruto	-736	1.849
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.881	-5.408
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.087	-392
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.845	-4.308
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-949	-708
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-6.617	-3.559
3.06	Resultado Financeiro	-13.776	-11.469
3.06.01	Receitas Financeiras	4.459	2.653
3.06.02	Despesas Financeiras	-18.235	-14.122
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-20.393	-15.028
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-20.393	-15.028
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-20.393	-15.028

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	-20.393	-15.028
4.03	Resultado Abrangente do Período	-20.393	-15.028

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	11.581	-7.515
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	16.282	11.869
6.01.01.01	Prejuízo do período	-20.393	-15.028
6.01.01.02	Depreciação e Amortizações	17.457	15.814
6.01.01.03	Variação Monetárias e juros -Líquido	14.814	9.468
6.01.01.04	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	1.408	283
6.01.01.05	Apropriação de adiantamentos de receitas	-216	-216
6.01.01.06	Apropriação de seguros	627	627
6.01.01.08	Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	800	67
6.01.01.09	Perdas estimadas em estoques	928	-231
6.01.01.10	Juros sobre arrendamentos a pagar	857	1.145
6.01.01.13	Reversão direiro de uso	0	-60
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-4.701	-19.384
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-921	-11.316
6.01.02.02	Estoques	2.606	-2.015
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	-1.028	-709
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	311	872
6.01.02.05	Outras Contas a Receber	83	99
6.01.02.06	Despesas Antecipadas	-1.618	-569
6.01.02.08	Fornecedores	-3.599	-11.261
6.01.02.09	Adiantamento de Clientes	18	6
6.01.02.10	Outras Contas a Pagar	885	1.791
6.01.02.11	Impostos e Contribuições a Recolher	-879	2.110
6.01.02.13	Partes Relacionadas a pagar	-559	1.608
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-19.371	-23.183
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-19.371	-23.183
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	10.545	30.719
6.03.03	Obtenção de mútuo com controladora	17.870	37.548
6.03.04	Amortização de arrendamentos	-7.325	-6.829
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.755	21
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.844	2.840
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.599	2.861

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	502.961	0	0	-394.762	0	108.199
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	502.961	0	0	-394.762	0	108.199
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-20.393	0	-20.393
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-20.393	0	-20.393
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	502.961	0	0	-415.155	0	87.806

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	502.961	0	0	-361.630	0	141.331
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	502.961	0	0	-361.630	0	141.331
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-15.028	0	-15.028
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-15.028	0	-15.028
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	502.961	0	0	-376.658	0	126.303

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 31/03/2025	01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	68.046	66.655
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	68.732	66.656
7.01.02	Outras Receitas	115	66
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-801	-67
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-25.533	-23.631
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-16.365	-14.612
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-8.076	-8.523
7.02.04	Outros	-1.092	-496
7.03	Valor Adicionado Bruto	42.513	43.024
7.04	Retenções	-17.674	-15.816
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-17.674	-15.816
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	24.839	27.208
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.459	2.653
7.06.02	Receitas Financeiras	4.459	2.653
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	29.298	29.861
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	29.298	29.861
7.08.01	Pessoal	18.349	17.656
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.637	11.509
7.08.01.02	Benefícios	5.677	5.288
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.035	859
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	13.353	13.489
7.08.02.01	Federais	8.046	8.137
7.08.02.02	Estaduais	4.014	3.997
7.08.02.03	Municipais	1.293	1.355
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	17.989	13.744
7.08.03.01	Juros	17.746	13.306
7.08.03.02	Aluguéis	180	369
7.08.03.03	Outras	63	69
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-20.393	-15.028
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-20.393	-15.028

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

31 de março de 2025



Comentário do Desempenho

FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A.

Originalmente criada com o nome de Companhia Ferroviária do Nordeste S.A (CFN), em 1º de janeiro de 1998 a companhia incorporou os ativos existentes e o direito de concessão da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA) referente à malha Nordeste. Em 2008, a razão social da CFN mudou para Transnordestina Logística S.A. (TLSA) e em dezembro de 2013 ocorreu a cisão entre as empresas dando origem as empresas Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (FTL) e Transnordestina Logística S.A. (TLSA).

1.Contexto Operacional

A Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (FTL) é uma Companhia registrada na CVM e tem sua sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, Brasil. A Companhia é controlada direta da Companhia Siderúrgica Nacional S.A. (CSN) que detém 92,71% do seu capital social, seguida pela empresa Taquari Participações S.A detentora de 4,06% e CFL Maria Participações S.A. com 3,23%.

Na sua área geográfica de atuação, a FTL é prestadora de serviços relevantes no setor de logística de carga geral, com ênfase no transporte ferroviário de granéis líquidos e granéis sólidos, oferecendo uma solução integrada de transporte, armazenagem e embarque. Atualmente a FTL possui malha ferroviária operacional que conecta os estados do Maranhão, Piauí e Ceará ao longo de 1.237 quilômetros. Os demais trechos ferroviários, que compõem a Concessão nos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas estão com tráfego suspenso e em processo de negociação para sua devolução junto a ANTT e DNIT.

Atualmente, a FTL conta com sete terminais multimodais operacionais, incluindo os importantes terminais de Itaqui (São Luís/MA), Pecém (São Gonçalo do Amarante/CE) e Mucuripe (Fortaleza/CE), locais estratégicos para a sua atuação devido à proximidade com seus clientes e também com a malha rodoviária e ferroviária.

Os comentários a seguir referem-se aos resultados do período findo em 31.03.2025.

As demonstrações financeiras foram revisadas por auditores externos.

PRINCIPAIS DESTAQUES

Para o período findo em 31.03.2025, vale destacar:

- Receita Bruta de R\$ 68,7 milhões;
- Receita Bruta Ferroviária de R\$ 43,6 milhões;
- Receita Líquida de R\$ 56,5 milhões;
- Em relação à TKU (tonelada útil por quilômetro) no 1TRI25 foi realizado 132,3 milhões de toneladas;
- Quanto à TU (tonelada útil) transportada, o volume realizado foi de 651 mil toneladas;
- A Receita de Direito de Passagem atingiu R\$ 19,3 milhões;
- As Receitas Alternativas somaram R\$ 5,8 milhões;



Comentário do Desempenho

DESEMPENHO COMERCIAL

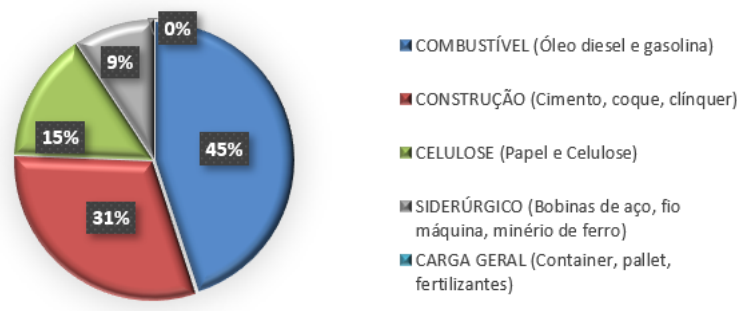
A Receita Bruta no 1TRI25 totalizou R\$ 68,7 milhões, para um total de 132.260 milhões TKU e 651 mil TU. Os segmentos de Combustível e Construção foram responsáveis por 80% da TKU transportada. No mesmo período de 2024 a Receita Bruta totalizou R\$ 66,7 milhões o que representa um aumento de 3,1%.

PREÇOS

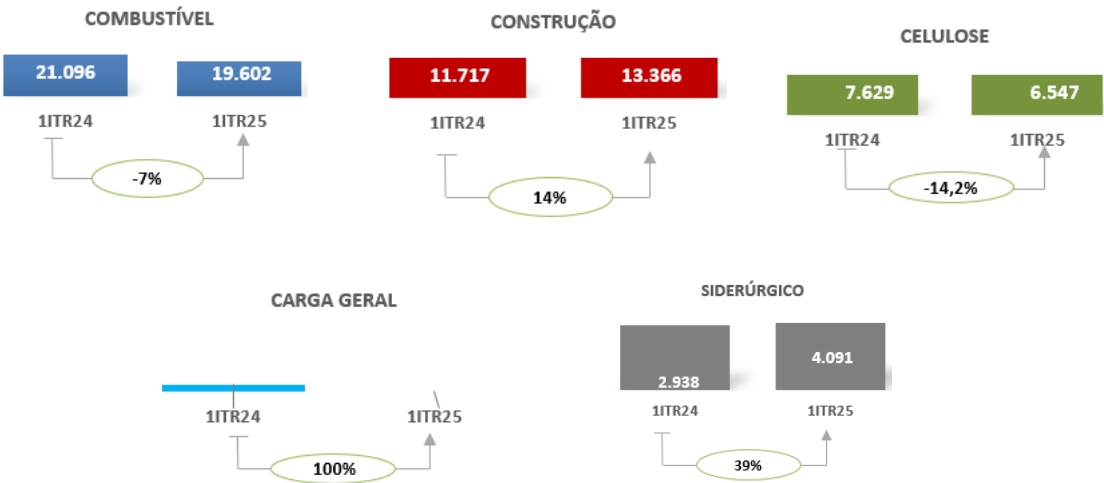
O preço médio dos produtos transportados, que é o total da Receita Bruta Ferroviária, dividido pelo volume (TKU), apresentou uma redução de 1,8%, passando de R\$ 335,6 em 2024 para R\$ 329,6 em 2025.

RECEITAS FERROVIÁRIA POR SEGMENTO E DIREITO DE PASSAGEM

Em relação à ROB (Receita operacional bruta) transportada, os segmentos que tiveram o maior volume de receita em 2025 foram combustível e construção que juntos totalizaram 76% do total de R\$ 46,6 milhões da receita bruta ferroviária.

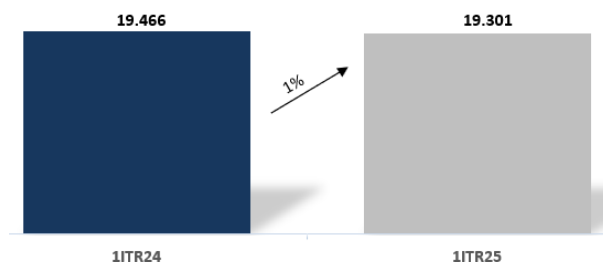


ROB Ferroviária por Segmento em R\$ mil



Comentário do Desempenho

ROB Direito de Passagem em R\$ mil



A ROB de Direito de Passagem totalizou em 2025 R\$ 19,3 milhões, o que representa um aumento de 1% comparado a 2024 que totalizou R\$ 19,5 milhões.

CUSTOS

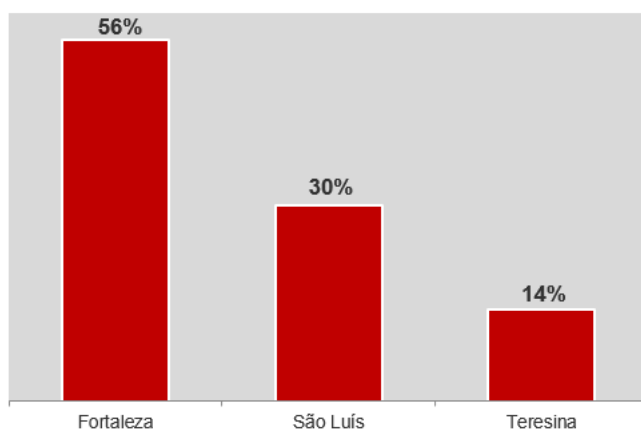
O custo do serviço prestado (CSP) sem depreciação totalizou R\$ 39,8 milhões no 1TRI25, o que representa um aumento de 4,2% comparado com o mesmo período de 2024 que totalizou R\$ 38,2 milhões.

INVESTIMENTOS

A FTL continua no propósito de recuperar a malha ferroviária através de investimentos. No 1TRIM25 foi desembolsado o total de R\$ 16 milhões. Este montante foi destinado, principalmente, para a recuperação de superestrutura da Via Permanente através da aplicação de dormentes e brita para lastro, além do reforço e recuperação de obras de arte.

PESSOAL

Total 958 Colaboradores

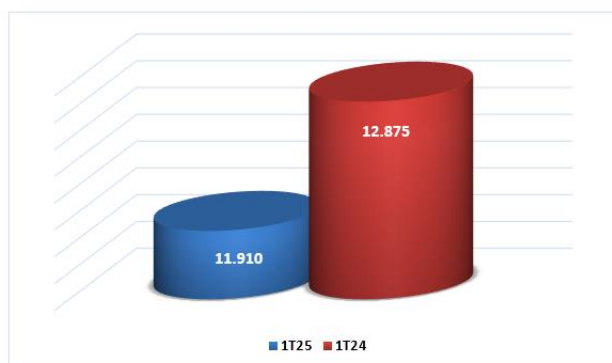


No 1TRI25 a empresa conta com 958 colaboradores distribuídos nas suas filiais de acordo com o gráfico acima. No mesmo período de 2024 esse número foi de 992 colaboradores.

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO FINANCEIRO

EBITDA Ajustado



Em R\$ mil	1T25	1T24
Prejuízo do período	(20.393)	(15.028)
(+) Despesas Financeiras Líquidas das receitas financeiras	13.776	11.469
(+) Depreciações, amortizações e exaustões	17.674	15.814
LAJIDA (EBITDA)	11.057	12.255
(+) Outras receitas (despesas) operacionais	853	620
LAJIDA Ajustado (EBITDA Ajustado)*	11.910	12.875

*A companhia divulga seu EBITDA ajustado, excluindo outras receitas (despesas) operacionais, por entender que não devem ser consideradas no cálculo da geração recorrente de caixa operacional.

O EBITDA ajustado, que representa o Lucro antes da depreciação, encargos financeiros, impostos e outras receitas (despesas) operacionais, atingiu o valor de R\$ 11.910 mil no 1TRIM25. No mesmo período de 2024 o EBITDA ajustado foi de R\$ 12.875 mil.

O Prejuízo Bruto alcançou o valor de R\$ 736 mil no 1TRIM25 incluída a depreciação. No mesmo período de 2024 a companhia teve Lucro Bruto de R\$ 1.849 mil.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES EXTERNOS

A contratação dos auditores independentes foi aprovada por nosso conselho de administração, sendo que os serviços por eles prestados referem-se exclusivamente à revisão das informações trimestrais e auditoria das demonstrações financeiras anuais.

FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.
Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO 2025**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Ferrovia Transnordestina Logística S.A. ("FTL" ou "Companhia") é uma sociedade anônima registrada na CVM, com sede em Fortaleza - CE, constituída em 29 de outubro de 2012, com o objetivo de explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Nordeste.

A malha ferroviária da FTL tem sua origem na privatização da Malha Nordeste em 31 de dezembro de 1997, pela Companhia Ferroviária do Nordeste S.A. - CFN (anterior razão social da Transnordestina Logística S.A. - TLSA), que incorporou os ativos existentes e o direito de concessão da malha ferroviária da antiga Rede Ferroviária Federal - RFFSA até 2027. Essa concessão previa os trechos ferroviários São Luís - Mucuri, Arrojado - Cabedelo e Macau - Recife (Malha I). Posteriormente a TLSA empreendeu esforços e investimentos na construção da nova ferrovia denominada Transnordestina, compreendendo os trechos ferroviários Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém (Malha II).

Em 20 de setembro de 2013, foi autorizada pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) no âmbito do acordo de investimentos, pela Companhia Siderúrgica Nacional - CSN (controladora da FTL), Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE, a Cisão da concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga da Malha Nordeste, composta pela Malha I e Malha II, e a Cisão Parcial da TLSA, através das resoluções nº 4.041/2013 e nº 4.042/2013 e da deliberação nº 37/2013.

A cisão fez parte de uma proposta de segregação de ativos e passivos da Malha I e Malha II, sendo aprovada pelos acionistas da cindida no dia 27 de dezembro de 2013. A FTL incorporou os ativos e passivos da Malha I.

Contrato de concessão

As concessionárias ferroviárias são oriundas, em sua maioria, do processo de desestatização da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA. O modelo adotado no processo de desestatização da RFFSA promoveu a celebração de dois tipos de contratos com o poder concedente.

Um dos contratos trata da concessão dos serviços de transportes ferroviários de cargas e passageiros onde são estabelecidas as cláusulas para operação e os valores de outorga que devem ser pagos ao poder concedente pela concessionária. O segundo contrato é de arrendamento dos bens pré-existentes e operados pela RFFSA (ver nota explicativa nº 9), e trata da vinculação destes na prestação dos serviços ferroviários de transporte. Embora existam dois contratos com formas jurídicas distintas, a essência econômica de ambos é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros, assim devem ser tratados como sendo um só.

O contrato de concessão é um contrato a executar onde o pagamento da concessão é realizado em parcelas fixas pré-definidas ao longo do contrato, assim como suas obrigações, não existindo a penalidade contratual para a descontinuidade provocada pelo concessionário.

Atualmente a FTL possui malha ferroviária operacional que conecta os estados do Maranhão, Piauí e Ceará ao longo de 1.237 quilômetros. Os demais trechos ferroviários, que compõem a Concessão nos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e

Notas Explicativas

Alagoas, estão com tráfego suspenso e se encontram em processo de negociação para sua devolução junto a ANTT e DNIT.

Existiu um procedimento administrativo perante a Agência Nacional de Transportes ("ANTT") que avaliou o regular cumprimento das obrigações do Contrato de Concessão pela Companhia. Em função de uma avaliação unilateral, a ANTT informou que a Companhia descumpriu o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) assinado em 2013, especificamente em relação a meta de produção de 2013. Neste contexto, em 2019, a ANTT propôs à União a declaração da caducidade do Contrato de Concessão da FTL e a instauração de processo administrativo no âmbito da Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas – SUFER. A recomendação da ANTT, que foi fundamentadamente contestada pela FTL, e não vinculava o Poder Concedente, tampouco pôs fim à discussão sobre o tema, eis que pendentes as avaliações do Ministério da Infraestrutura e da Presidência da República.

A Companhia protocolou, em julho de 2022, o pedido de prorrogação antecipada do contrato de concessão por mais 30 anos, o qual se baseia no cumprimento dos requisitos legais e das metas estabelecidas pela ANTT no tocante ao volume de produção e segurança. Deste modo, inobstante ter havido procedimento administrativo da ANTT, houve decisão proferida em 13 de dezembro de 2022 pelo Tribunal de Contas – TCU, Acórdão nº 2769/2022, que determinou que a ANTT e o Ministério da Infraestrutura (à época), observadas as respectivas competências, adotem medidas com vistas à solução definitiva do Contrato de concessão da malha concedida à FTL.

Nesse sentido, em 2023 foi instituído, no âmbito do Ministério dos Transportes um grupo de trabalho para elaboração de proposta para solução definitiva do contrato de concessão da malha concedida à FTL, e em setembro de 2023, fundamentado no relatório final do grupo de trabalho, o Ministério dos Transportes emitiu o OFÍCIO Nº 448/2023/SE à ANTT informando o não prosseguimento e assentimento da recomendação de caducidade exarada na Deliberação/ANTT nº 947/2019, de 22 de outubro de 2019.

Diante do ambiente positivo de negociações do contrato de concessão e encerramento da recomendação de caducidade, no ano de 2024 ocorreram avanços significativos relacionados a renovação antecipada do contrato de concessão, materializados pela publicação da Portaria nº.386 de 16 de abril de 2024, a qual instituiu, no âmbito do Ministério dos Transportes, o Grupo de Trabalho para apresentação de proposta de solução consensual referente à racionalização e otimização da malha da concessão ferroviária outorgada à Ferrovia Transnordestina Logística S.A, bem como a Resolução CPPI Nº 318 de 2 de agosto de 2024 e o Decreto Nº12.222 de 14 de outubro de 2024 que opinam favoravelmente e qualificam, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República PPI, para fins de prorrogação antecipada do contrato de concessão.

Portanto, diante do ambiente positivo de negociações do contrato de concessão, bem como do crescimento da FTL, com atingimento de recordes de produção e EBITDA, a companhia considera eminente a prorrogação antecipada do contrato de concessão.

Continuidade operacional

Em 31 de março de 2025, a Companhia apresenta um capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 24.156 (R\$ 27.724 em 31 de dezembro de 2024) e prejuízo de R\$ 20.393 (R\$ 15.028 em 31 de março de 2024). Os ingressos de recursos na Companhia nos próximos meses, além dos decorrentes de suas atividades operacionais, serão oriundos de adiantamentos para futuro aumento de capital-AFAC e suporte financeiro via contratos de mútuo (ver nota explicativa nº 8 – Partes relacionadas).

Adicionalmente, a administração vem efetuando monitoramento financeiro permanente (gestão do caixa e orçamento) e adotando medidas (investimentos na malha e visando

Notas Explicativas

aumento de receita) que possam impactar positivamente nas operações da Companhia. Os investimentos são realizados com base no suporte financeiro do controlador.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a) Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com o IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com o Pronunciamento Técnico NBC TG 21(R4) – Demonstrações Intermediárias.

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A autorização para conclusão dessas informações financeiras intermediárias foi dada pela administração da Companhia em 14 de maio de 2025.

b) Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações financeiras intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de Estimativas e julgamentos

A preparação das informações financeiras intermediárias de acordo com as normas IFRS e com as práticas contábeis adotadas no Brasil exigem que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir, significativamente, dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais informações sobre estimativas e julgamentos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 - Contabilização de perda estimada com contas a receber;
- Nota 6 - Contabilização de perda estimada em estoques;
- Nota 9 - Valor residual do ativo imobilizado, análise de recuperabilidade e mudança de vida útil;
- Nota 12 – Arrendamentos a pagar; e
- Nota 13- Contabilização da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

Notas Explicativas

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia considerou as informações do Ofício Circular CVM/SNC/SEP 003 de 28 de abril de 2011, que permite a apresentação de notas explicativas selecionadas, caso haja redundância de informações já divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais. Portanto, as informações contábeis intermediárias, de 31 de março de 2025, não incorporam todas as notas e as divulgações exigidas pelas normas para as demonstrações contábeis anuais, devendo ser lidas em conjunto com as Demonstrações contábeis Anuais de 31 de dezembro de 2024, publicadas no Jornal O Povo impresso e digital em 28 de março de 2025.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa e bancos	1.185	1.986
Aplicações financeiras	<u>5.414</u>	<u>1.858</u>
Total	<u>6.599</u>	<u>3.844</u>

O saldo das aplicações financeiras está mantido em Certificados de Depósitos Bancários – CDB e Fundo de Investimentos em Renda Fixa, remunerados por uma taxa média de 99,7% do CDI (98,7% em 31 de dezembro 2023). Esses investimentos possuem liquidez imediata, com insignificante mudança de valor.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Clientes	32.663	31.742
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	<u>(6.064)</u>	<u>(5.264)</u>
	<u>26.599</u>	<u>26.478</u>

<u>Composição da carteira por idade de vencimento</u>	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
A vencer	24.950	22.994
Vencidos		
Até 180 dias	701	3.380
De 181 a 364 dias	1.875	268
Acima de 365 dias	<u>5.137</u>	<u>5.100</u>
Total	<u>32.663</u>	<u>31.742</u>

<u>Movimentação da perda estimada no período</u>	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	(5.264)	(4.946)
Adições no exercício	(800)	(616)
Reversões no exercício	-	128
Baixas	<u>-</u>	<u>170</u>
Saldo final	<u>(6.064)</u>	<u>(5.264)</u>

A Companhia constitui a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com base na análise individualizada da carteira de clientes, aplicando a média do coeficiente de inadimplência dos últimos 12 meses sobre os títulos a vencer e vencidos até 180 dias, e o percentual de 50% e 100% do valor do título para os títulos em aberto de 181 a 364 dias e acima de 365 dias, respectivamente, descontados os valores recebidos no início do mês subsequente.

Notas Explicativas**6. ESTOQUES**

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Almoxarifado	38.551	41.157
Perdas estimadas em estoques	<u>(3.745)</u>	<u>(2.285)</u>
Total	<u>34.806</u>	<u>38.872</u>

Movimentação para perdas estimadas em estoques:

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	(2.285)	(2.515)
Adições no exercício	(1.460)	(286)
Reversões no exercício	-	516
Saldo final	<u>(3.745)</u>	<u>(2.285)</u>

As perdas estimadas em estoques são constituídas com base em itens de baixa rotatividade ou obsoletos quando avaliados e consideradas necessárias.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
ICMS sobre ativo imobilizado (a)	9.642	9.797
ICMS a recuperar (b)	11.470	11.640
(-) Provisão de ICMS por ausência de recuperabilidade	(9.817)	(9.817)
Imposto de renda retido na fonte	<u>1.246</u>	<u>1.053</u>
Total	<u>12.541</u>	<u>12.673</u>
Circulante	2.385	2.344
Não circulante	10.156	10.329

(a) ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado

Em virtude do elevado volume de aquisição de ativo imobilizado, decorrente de obras de revitalização da malha ferroviária em operação, a Companhia vem gerando créditos de ICMS cuja realização está sendo efetuada à razão de 1/48 por mês, conforme preceitua a legislação vigente.

A administração da Companhia estima que os créditos registrados e acumulados serão realizáveis no decorrer dos próximos exercícios, para compensar débitos apurados sobre as receitas operacionais.

(b) ICMS a recuperar

Montante composto dos valores de ICMS normal e ICMS diferencial de alíquota, de aquisições de combustíveis dos Estados do Ceará, Maranhão e Piauí.

Em que pese o crédito tributário seja válido perante ao Fisco Estadual, no primeiro trimestre de 2021, a Companhia registrou uma provisão por ausência de recuperabilidade dos créditos de ICMS do Estado do Piauí, no montante de R\$ 9.817. Em 31 de março de 2025 a Administração da Companhia entende que a provisão constituída está em montante suficiente.

Notas Explicativas

8. PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora e empresas ligadas.

A Companhia realizou as seguintes transações com partes relacionadas.

	Transnordestina Logística S.A.	Companhia Siderúrgica Nacional	31/03/2025	31/12/2024
Ativo				
Contrato de mútuo (a)	96.888	-	96.888	97.013
Outras contas a receber	2.257	-	2.257	-
Total ativo	<u>99.145</u>	<u>-</u>	<u>99.145</u>	<u>97.013</u>
Circulante			-	-
Não Circulante			99.145	97.013
Passivo				
Contrato de mútuo (b)	-	547.569	547.569	513.132
Total passivo	<u>-</u>	<u>547.569</u>	<u>547.569</u>	<u>513.132</u>
Circulante			-	-
Não Circulante			547.569	513.132
			<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2023</u>
Resultado				
Receitas financeiras	1.753	-	1.753	11.046
Receitas com cessão predial e outros	2.257	-	2.257	1.426
Juros de mútuo	-	(16.567)	(16.567)	(46.556)
Despesas com serviços compartilhados	(1.675)	-	(1.675)	(5.759)
Total resultado	<u>2.335</u>	<u>(16.567)</u>	<u>(14.232)</u>	<u>(39.843)</u>

(a) Contrato de mútuo - Os contratos de mútuo junto à Transnordestina Logística S.A., possuem prazo médio de pagamento de dois anos, com incidência média de juros de 111,4% do CDI e IOF.

(b) Contrato de mútuo - Os contratos de mútuo junto às partes relacionadas possuem prazo médio de dois anos, com incidência média de juros variáveis, sendo: CDI + 4% e IOF. Ao término do prazo para liquidação, os contratos vêm sendo postergados, conforme ocorrido no período findo de 31 de março de 2025.

a) Movimentação partes relacionadas - Mútuo

	Ativo	Passivo
	Mútuo com a Transnordestina Logística S.A.	Mútuo com a Companhia Siderúrgica Nacional
Saldo em 31/12/2024	97.013	513.132
Adições	-	17.870
Atualização financeira	1.753	16.567
Provisão IR	(179)	-
Recebimento Principal	(678)	-
Recebimento de Juros	(1.021)	-
Saldo em 31/03/2025	<u>96.888</u>	<u>547.569</u>

Notas Explicativas

9. IMOBILIZADO, DIREITO DE USO E INTANGÍVEL

9.1 Composição

	Taxa anual de Depreciação/ amortização (% a.a.)	31/03/2025		31/12/2024	
		Custo	Depreciação/ Amortização	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	10	27.634	(12.113)	15.521	13.549
Vagões e veículos	20	8.790	(3.280)	5.510	5.594
Benfeitoria em propriedade arrendada (a)	-	1.009.207	(492.100)	517.107	518.613
Trilhos	4	21.613	(8.150)	13.463	13.509
Dormentes	19,39	113.472	(79.744)	33.728	34.173
Equipamentos de comunicação	20	3.514	(1.746)	1.768	1.734
Lastro	3,33	15.514	(5.802)	9.712	9.744
Outras imobilizações	15	15.129	(1.601)	13.528	13.403
Total imobilizado em operação		1.214.873	(604.536)	610.337	610.319
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável		(279.296)	-	(279.296)	(279.296)
Imobilização em operação		935.577	(604.536)	331.041	331.023
Imobilização em andamento		197.802	-	197.802	189.085
Total imobilizado		1.133.379	(604.536)	528.843	520.108
Intangível	20	3.744	(3.613)	131	151
Direito de uso (b)	11,11	149.744	(109.585)	40.159	43.581

(a) Refere-se a benfeitorias realizadas em propriedade arrendada, RFFSA – Rede Ferroviária Federal S.A., conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1

(b) Referem-se ao registro do Direito de uso da malha ferroviária e de locomotivas e vagões. As obrigações provenientes desse contrato estão registradas nas linhas de Arrendamento a pagar no passivo circulante e não circulante, conforme evidenciado na nota explicativa nº 12.

	31/03/2025	
	Vida útil Estimada	Taxa anual de depreciação %
Edificações	25 anos	4
Via permanente	35 anos	2,86
Veículos	5 anos	20
Locomotivas	25 anos	4
Vagões	30 anos	3,33
Instalações	10 anos	10
Acessórios metálicos	35 anos	2,86

A companhia não dispõe de bens dados em garantia de operações financeiras.

9.2 Revisão da vida útil

A partir de 1º de janeiro de 2017 entrou em vigor a Resolução nº 4540 da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, que regulamenta as taxas de depreciação e de amortização anuais para os ativos das concessionárias detentoras do direito de exploração de infraestrutura ferroviária.

Em janeiro de 2017, a Companhia elaborou laudo técnico de revisão da vida útil para seus principais ativos, o que confirmou a aplicabilidade e aderência da resolução ANTT nº 4540, passando a serem adotadas a partir de então, as vidas úteis que resultaram da avaliação

Notas Explicativas

técnica da Companhia. Anualmente a Companhia revisa a vida útil dos principais bens.

9.3 Movimentação do período:

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Transferência	Baixa	Depreciação/ Amortização	Saldo em 31/03/2025
<u>Imobilização em operação, líquida</u>						
Máquinas e equipamentos	13.549	123	2.210	-	(361)	15.521
Vagões e veículos	5.594	-	-	-	(84)	5.510
Benfeitoria em propriedade arrendada	518.613	1.483	7.115	-	(10.104)	517.107
Trilhos	13.509	-	-	-	(46)	13.463
Dormentes	34.173	-	-	-	(445)	33.728
Equipamentos de telecomunicação	1.733	1	72	-	(38)	1.768
Lastro	9.744	-	-	-	(32)	9.712
Outras imobilizações	13.404	48	134	-	(58)	13.528
Total imobilizado em operação	610.319	1.655	9.531	-	(11.168)	610.337
Imobilização em andamento	189.085	18.248	(9.531)	-	-	197.802
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(279.296)	-	-	-	-	(279.296)
Total imobilizado	520.108	19.903	-	-	(11.168)	528.843
Intangível	151	-	-	-	(20)	131
Direito de uso	43.581	3.699	-	(852)	(6.269)	40.159

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Transferência	Baixa	Depreciação/ Amortização	Saldo em 31/03/2024
<u>Imobilização em operação, líquida</u>						
Máquinas e equipamentos	13.210	-	1204	-	(400)	14.014
Vagões e veículos	5.880	-	100	-	(104)	5.876
Benfeitoria em propriedade arrendada	476.302	-	5.370	-	(9.398)	472.274
Trilhos	13.685	-	-	-	(44)	13.641
Dormentes	35.896	-	-	-	(426)	35.470
Equipamentos de telecomunicação	1.806	-	80	-	(38)	1.848
Lastro	9.869	-	-	-	(31)	9.838
Outras imobilizações	13.404	-	1	-	(141)	13.264
Total imobilizado em operação	570.052	-	6.755	-	(10.582)	566.225
Imobilização em andamento	150.299	23.183	(6.755)	-	-	166.727
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(279.296)	-	-	-	-	(279.296)
Total imobilizado	441.055	23.183	-	-	(10.582)	453.656
Intangível	265	-	-	-	(30)	235
Direito de uso	49.860	13.907	-	(1.002)	(5.728)	57.037

9.4 Valor recuperável dos ativos

A cisão parcial da Transnordestina Logística S.A. ocorrida em 27 de dezembro de 2013, com laudo de avaliação de data-base 30 de novembro de 2013, resultou na celebração do termo aditivo ao contrato de concessão da malha nordeste, prevendo a existência da Malha I (em operação, a qual foi incorporada pela Companhia) e da Malha II. Em razão disto, em 31 de outubro de 2013, a Companhia procedeu à avaliação do desempenho futuro dos seus ativos operacionais relacionados à Malha I (em operação). A análise resultou no reconhecimento de uma perda estimada por redução ao valor recuperável de R\$279.296, reconhecida no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013. O valor recuperável desses ativos foi determinado com base no valor em uso.

A Companhia efetuou a atualização da análise de premissas e indicativos referentes ao valor

Notas Explicativas

recuperável de seus ativos ("Impairment") na data base de 31 de dezembro de 2024, conforme exigido pelo IAS 36 e CPC 01 e não identificou necessidade de reconhecer uma perda estimada adicional ao valor já reconhecido. O valor recuperável desses ativos foi determinado com base no valor em uso. O valor em uso foi determinado com base nos fluxos de caixa futuros derivados do uso contínuo dos ativos relacionados, utilizando-se uma taxa de desconto para trazer esses fluxos de caixa a valor presente.

Os fluxos de caixa foram projetados em termos reais e descontados utilizando uma taxa de desconto em termos reais e após os impostos, que representa uma estimativa da taxa que um participante de mercado aplicaria levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Definição da unidade geradora de caixa:

A Administração definiu como Unidade Geradora de Caixa as atividades da Companhia como um todo pois os investimentos realizados na infraestrutura ferroviária são único independente da natureza de receita gerada.

Taxa de desconto:

A taxa de desconto utilizada reflete as avaliações atuais de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo. Essa taxa representa o retorno que os investidores exigiriam se eles houvessem de escolher um investimento que gerasse fluxos de caixa de valores, tempo e perfil de risco equivalentes àqueles que a entidade espera extrair do ativo.

A Companhia utilizou uma taxa média ponderada de capital (WACC) para descontar os fluxos de caixa operacionais e mensurar o valor presente líquido dos ativos. Essa taxa foi calculada de acordo com o custo e a participação do capital próprio e do capital de terceiros na estrutura da Companhia, determinados conforme descrito abaixo:

Custo do capital próprio: foi utilizada a metodologia CAPM ("Capital Asset Pricing Model") que consiste em determinar a taxa de rentabilidade exigida pelos investidores como compensação pelo risco de mercado ao qual estão expostos. A Companhia utilizou dados atuais para determinação dos parâmetros do CAPM em uma estrutura de capital dinâmica, onde o beta alavancado flutua anualmente e os demais parâmetros permanecem fixos;

Custo do capital de terceiros: foi determinado de acordo com a média ponderada dos custos dos instrumentos de dívida já contratados e projetados durante o período da concessão; e

Estrutura de capital: a participação do capital de terceiros na estrutura da Companhia foi calculada através da relação entre o saldo das dívidas a cada ano e o total de capital. Já a participação do capital próprio foi determinada através da diferença entre o VPL dos fluxos de caixa operacionais e o saldo das dívidas a cada ano, ou seja, o valor de mercado para os acionistas.

A média anual da taxa de desconto, após impostos, utilizada para mensurar o valor em uso, foi de 5,38% ao ano em termos reais, resultado da utilização de WACC dinâmica que variou entre 4,96% e 6,44% ao ano durante o período projetado. As projeções de fluxo de caixa contemplaram os contratos fechados para transporte ferroviário e as expectativas de novos contratos com base nos estudos de mercado realizados.

Período do fluxo de caixa:

Conforme nota explicativa nº 1, a Companhia ingressou com pedido de renovação da concessão com base na Lei 13.448/2017 que estabelece as e diretrizes gerais para prorrogação e relicitação dos contratos de parceria definidos nos termos da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, nos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário da administração pública federal.

Notas Explicativas

Adicionalmente é importante mencionar que:

- No exercício de 2024, houve a publicação da Portaria nº.386 de 16 de abril de 2024, a qual instituiu, no âmbito do Ministério dos Transportes, o Grupo de Trabalho para apresentação de proposta de solução consensual referente à racionalização e otimização da malha da concessão ferroviária outorgada à Ferrovia Transnordestina Logística S.A, bem como a Resolução CPPI Nº 318 de 2 de agosto de 2024 e o Decreto Nº12.222 de 14 de outubro de 2024 que opinam favoravelmente e qualificam, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República PPI, para fins de prorrogação antecipada do contrato de concessão.
- A Companhia procedeu aquisição de imobilizados nos montantes de R\$ 19.371 mil e R\$ 23,183 mil, respectivamente nos exercícios de 2025 e 2024. Tais investimentos não seriam necessários caso a Administração não estivesse plenamente convicta da renovação do contrato de concessão.
- A Agência Nacional do Transporte Terrestre (ANTT) anuiu previamente a formalização do contrato de Investidor Associado entre a Ferrovia Transnordestina Logística (FTL) e o Terminais Marítimos de Pernambuco (Temape). O acordo viabiliza a implantação de um terminal de granéis líquidos dedicado a combustíveis em Teresina (PI). O cronograma do projeto prevê o início das obras em 2025, com previsão de conclusão até 2027 e operação plena a partir de 2028, condicionado à obtenção das licenças necessárias junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Nesse contexto a Administração da Companhia está convicta da renovação da concessão, entretanto a Administração destaca também que procedeu análise de sensibilidade no teste de *impairment* considerando o prazo legal de encerramento da concessão em 2027.

Outras premissas relevantes:

Abaixo seguem outras principais premissas relevantes utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de março de 2025:

Premissas (por ano):

Receita líquida (em 2025) - R\$	281.639
Receita líquida (média após 2025) - R\$	824.569
Média anual da taxa de desconto após impostos - WACC Post-tax (real)	5,38%

Nas projeções foram consideradas informações prospectivas, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e de consultoria especializada contratada e em cenários econômicos futuros.

Notas Explicativas**10. FORNECEDORES**

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fornecedores de insumos e serviços	25.756	27.962
Outros	<u>4.799</u>	<u>6.192</u>
Total	<u><u>30.555</u></u>	<u><u>34.154</u></u>

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
ISS (a)	27.449	27.213
ICMS	255	1.395
PIS E COFINS	1.458	936
INSS	346	834
Imposto de renda retido na fonte	<u>13</u>	<u>22</u>
Total	<u><u>29.521</u></u>	<u><u>30.400</u></u>

(a) Valor está sendo pago através de depósito judicial conforme mencionado na nota 13 (e).

12. ARRENDAMENTOS A PAGAR**12.1 Composição**

Referem-se aos saldos de arrendamentos a pagar da malha ferroviária e arrendamentos de locomotivas e vagões. Os arrendamentos estão registrados a valor presente, a taxa utilizada para o contrato de arrendamento da malha ferroviária foi a implícita no próprio contrato, para os contratos de arrendamentos de locomotivas e vagões, foram aplicadas a taxas incrementais de empréstimos levantadas nas datas das inclusões dos contratos.

Arrendamentos	Contratos	Taxa
Malha ferroviária	1	6,75% a.a.
Locomotivas	2	8,28% a.a. e 9,10% a.a.
Vagões	2	8,53% a.a.

Abaixo, seguem apresentados os saldos de arrendamentos a pagar, segregados entre circulante e não circulante:

Cronograma de pagamento dos arrendamentos:

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
2025	18.010	22.315
2026	14.430	13.845
2027	<u>17.178</u>	<u>17.079</u>
	<u><u>49.618</u></u>	<u><u>53.239</u></u>
Circulante	22.189	22.315
Não circulante	27.429	30.924

Notas Explicativas**12.2 Movimentação dos arrendamentos no período:**

Saldo em 31/12/2024	Adições	Reversão Ativo	Reversão Resultado	Juros provisionados	Amortização	Saldo em 31/03/2025
53.239	3.699	(852)	-	857	(7.325)	49.618
53.239	3.699	(852)	-	857	(7.325)	49.618

Saldo em 31/12/2023	Adições	Reversão Ativo	Reversão Resultado	Juros provisionados	Amortização	Saldo em 31/03/2024
59.867	13.907	(147)	(915)	1.145	(6.829)	67.028
59.867	13.907	(147)	(915)	1.145	(6.829)	67.028

13. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

12.1 Ações de Risco Provável

A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	31/03/2025			31/12/2024
	Provisão	Depósito judicial (e)	Líquido	Líquido
Cíveis (a)	17.478	(779)	16.699	15.886
Trabalhistas (b)	6.085	(5.171)	914	1.416
Tributárias (c)	4.097	(2.519)	1.578	1.508
Ativos da RFFSA (d)	774	-	774	774
	<u>28.434</u>	<u>(8.469)</u>	<u>19.965</u>	<u>19.584</u>

(a) Contingências cíveis

A Companhia é citada como ré em diversas ações pleiteando indenizações relativas a danos morais e materiais. Essas ações de indenizações em sua maioria são decorrentes de acidente ferroviário com vítima.

O Cumprimento de sentença referente a ação de indenização por danos morais, materiais, estéticos com pagamento de pensão mensal vitalícia, no valor de um salário mínimo vigente, decorrente acidente ferroviário é a ação com maior valor de risco envolvido, sua estimativa de perda financeira de risco provável perfaz, na data base de 31 de março de 2025, o montante de R\$ 1.137 (R\$ 1.130 em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas

(b) Contingências trabalhistas

Essas ações em sua maioria são provenientes de ações movidas por Sindicato discutindo as seguintes matérias: Ticket Alimentação, Adicional de Periculosidade e horas extras (jornada de 6 horas).

(c) Contingências tributárias

Essas ações em sua maioria são provenientes de ações discutindo as seguintes matérias: ICMS, ISS, COFINS, FAP (fator de acidente previdenciário) e autos de infração.

(d) Contingências com ativos da RFFSA

Em 31 de março de 2025, a Companhia mantém registrada provisão para fazer face a eventuais perdas com vagões de propriedade da RFFSA, que deverão ser devolvidos ao final do contrato de concessão, nas mesmas condições em que foram recebidos. A provisão é realizada considerando o valor de mercado de um vagão em pleno uso e a estimativa de gastos com os vagões danificados.

- (e) Adicionalmente aos depósitos judiciais no valor de R\$ 8.469, existe um valor de R\$ 27.737 referente a recolhimento em juízo do ISS de serviço de direito de passagem no município de São Luís. Constituindo assim um saldo de depósitos judiciais de R\$ 36.206 (R\$ 35.222 em 31 de dezembro de 2023).

Movimentação das provisões no período:

	Saldo em 31/12/2024	Adição	Reversão	Utilização (a)	Saldo em 31/03/2025
Cíveis	16.665	957	(144)	-	17.478
Trabalhistas	5.604	599	(74)	(44)	6.085
Tributárias	4.027	70	-	-	4.097
Ativos da RFFSA	774	-	-	-	774
Total	27.070	1.626	(218)	(44)	28.434
Não circulante	27.070				28.434

	Saldo em 31/12/2023	Adição	Reversão	Utilização (a)	Saldo em 31/03/2024
Cíveis	14.361	859	(25)	(405)	14.790
Trabalhistas	8.782	843	(1.460)	468	8.633
Tributárias	3.915	66	-	-	3.981
Ativos da RFFSA	774	-	-	-	774
Total	27.832	1.768	(1.485)	63	28.178
Não circulante	27.832				28.178

- a) As utilizações ocorridas no período se deram devido ao pagamento e arquivamento de diversas ações.

12.2 Ações de Risco Possível

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 418.961 (R\$ 377.005 em 31 de dezembro de 2024) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Quadro resumo dos processos avaliados como de risco possível:

Notas Explicativas

Natureza da ação	Quantidade em 31/03/2025	31/03/2025	31/12/2024
Cível	130	72.714	72.194
Ambiental	21	177.658	145.525
Trabalhista	74	29.578	24.787
Tributário	111	135.144	130.700
Previdenciário	2	3.867	3.799
Total	338	418.961	377.005

Abaixo as principais causas:

Cível

- a) Ação de anulação de oito autos de infração por descumprimento de meta referente à concessão da utilização do serviço público. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de março de 2025, o montante de R\$ 2.355 (R\$ 2.316 em 31 de dezembro de 2024).
- b) Ação de cobrança, relativa à pretensão da RFFSA de receber da FTL o repasse de um percentual incidente sobre a receita líquida auferida pela FTL em razão de contrato firmado entre o consórcio *Railnet* (do qual a FTL é parte) e a empresa Intelig. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de março de 2025 o montante de R\$ 3.265 (R\$ 3.118 em 31 de dezembro de 2024).

Ambiental

- a) Execução fiscal 0813869-09.2016.4.05.8100 proposta pelo IBAMA em razão de Auto de Infração lavrado pela Autarquia Ambiental face o derramamento de óleo ou substâncias oleosas em virtude de tombamento de vagões tanque. Ação Anulatória 0024624-74.2016.4.01.3400 ajuizada antes da Execução Fiscal. Estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de março de 2025, o montante de R\$ 35.633 (R\$ 35.012 em 31 de dezembro de 2024).
- b) Processo administrativo nº 02012.000417/2014-72 decorrente do Auto de Infração ambiental nº 9076948/E, no qual a Companhia foi autuada por lançar óleo ou substâncias oleosas – 30.000 l de gasolina, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de março de 2025, o montante de R\$ 44.440 (R\$ 43.194 em 31 de dezembro de 2024).
- c) Execução fiscal 0810933-74.2017.4.05.8100 proposta pelo IBAMA em razão de Auto de Infração nº 682.679-D lavrado pela Autarquia Ambiental em virtude de tombamento de vagão carregado com óleo diesel no Km 293 da ferrovia. Ação Anulatória 0000418-93.2016.4.01.3400 ajuizada antes da Execução Fiscal. Estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de março de 2025, o montante de R\$ 36.109 (R\$ 35.448 em 31 de dezembro de 2024).
- d) Ação Civil Pública 0041392-15.2010.8.10.0001 proposta pelo MPE-MA objetivando a revisão do licenciamento ambiental da ferrovia, inclusive no que se refere à realização de EIA/RIMA, bem como pela indenização de danos ambientais causados pelo lançamento de óleo em afluente e no rio Itapecuru. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de março de 2025, o montante de R\$ 40.277 (R\$ 11.093 em 31 de dezembro de 2024).

Trabalhista

- a) Ação Civil Pública, na esfera trabalhista, ajuizada pelo Sindicato da categoria Ferroviária do Estado do Maranhão (STEFEM), alegando que a Companhia não

Notas Explicativas

proporciona aos empregados maquinistas e auxiliares um ambiente de trabalho adequado, tendo em vista as más condições das instalações sanitárias nas locomotivas ou ausência delas. A estimativa da perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de março de 2025, o montante de R\$ 1.940 (R\$ 1.899 em 31 de dezembro de 2024).

Tributário

a) Ação na esfera tributária, visa o reconhecimento da inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do ISSQN sobre a cessão do direito de passagem. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de março de 2025 o montante de R\$ 5.708 (R\$ 5.621 em 31 de dezembro de 2024).

b) Auto de infração lavrado pela Receita Federal diante da cisão ocorrida em 27/12/2013 entre a TLSA e FTL. Em virtude do Auto de Infração, originou-se o Proc. Adm. nº 10380.726843/2017-12, no qual a União requereu a cobrança de diferença de recolhimento de PIS/PASEP e COFINS. De acordo com Auto de Infração, houve apropriação indevida de crédito, insuficiência de recolhimento de PIS e COFINS, falta de escrituração, referentes ao período de janeiro de 2012 a dezembro de 2013. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de março de 2025 o montante de R\$ 42.401 (R\$ 41.624 em 31 de dezembro de 2024).

14. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31/03/2025	31/12/2024
Obrigações com pessoal	11.406	10.667
Royalties sobre exploração de bens arrendados (a)	3.385	3.249
Reembolsos de despesas RFFSA (b)	1.533	1.533
Outros	286	278
Total	16.610	15.727
Circulante	15.077	14.194
Não circulante	1.533	1.533

a) Royalties sobre exploração de bens arrendados

Refere-se a percentual de contribuição sobre receitas líquidas das atividades autorizadas no Contrato de Concessão, celebrado entre a Companhia e a União, por intermédio do Ministério dos Transportes, que resultem na utilização dos bens arrendados pela Companhia para consecução de suas atividades operacionais.

Conforme previsto no parágrafo 5º da cláusula primeira do Contrato de Concessão, o percentual deverá ser estabelecido entre 3% e 10%, a ser fixado pelo poder Concedente, podendo ser variável entre as diversas atividades exercidas pela Companhia, respeitados os limites determinados no referido instrumento.

b) Saldo a ser reembolsados à RFFSA em decorrência do estoque de peças existentes quando do início da concessão.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de março de 2025, o capital social, subscrito e integralizado no montante de R\$ 502.961 (R\$ 502.961 em 31 de dezembro de 2024) estão compostos conforme abaixo:

Notas Explicativas

	<u>Quantidade de ações ordinárias em 31/03/25 e 31/12/2024</u>
Companhia Siderúrgica do Nacional – CSN	510.726.198
Taquari Participações S.A.	22.376.831
CFL Maria Participações S.A.	<u>17.768.183</u>
Total	<u>550.871.212</u>

A Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social independentemente de reforma estatutária até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) de ações nominativas, sem valor nominal.

b) Reservas

- Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei Nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em função do prejuízo acumulado existente a Companhia não vem constituído a reserva legal.

c) Resultado por ação

O resultado por ação básico e resultado por ação diluído foram calculados com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia no período findo em 31 de março de 2025, conforme o quadro abaixo:

<u>Prejuízo básico/diluído por lote de mil ações</u>	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Prejuízo do período	(20.393)	(15.028)
Quantidade de ações ordinárias média ponderada durante o exercício	<u>550.871.212</u>	<u>550.871.212</u>
Resultado por lote de mil ações (em reais)	<u>(37,02)</u>	<u>(27,28)</u>

A quantidade média ponderada de ações utilizada na apuração do prejuízo diluído por ação foi a mesma utilizada para o cálculo do prejuízo por ação básico, considerando que não há ações preferenciais.

Não existiam outros instrumentos conversíveis com potencial diluidor.

16. RECEITA DE SERVIÇOS – LÍQUIDA

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
<u>Receita bruta</u>		
Receita de serviços de transportes	43.600	43.400
Receita com direito de passagem	19.301	19.466
Receita com gestão patrimonial	<u>5.831</u>	<u>3.790</u>
Total da receita bruta	<u>68.732</u>	<u>66.656</u>
<u>Deduções da receita bruta</u>		
ICMS	(4.009)	(3.994)
PIS	(1.051)	(1.018)
COFINS	(4.840)	(4.687)
ISS	(1.293)	(1.355)
Deduções e abatimentos	<u>(1.024)</u>	<u>(32)</u>
	<u>(12.217)</u>	<u>(11.086)</u>
Receita líquida dos serviços prestados	<u>56.515</u>	<u>55.570</u>

Composição do faturamento por cliente (base volume serviço faturado)

Notas Explicativas

<u>Clientes</u>	<u>31/03/2025</u>	<u>%</u>	<u>31/03/2024</u>	<u>%</u>
Maior cliente	11.735	17	10.435	16
2º e 3º maiores clientes	15.836	23	17.435	26
Outros	41.161	60	38.786	58
Total	<u>68.732</u>	<u>100</u>	<u>66.656</u>	<u>100</u>

17. DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
<u>Custos</u>		
Folha de pagamento	(18.125)	(16.820)
Material	(15.452)	(14.267)
Serviço	(6.190)	(7.074)
Depreciação e amortização s/ imobilizado	(11.215)	(10.358)
Depreciação e amortização s/ direito de uso	(6.269)	(5.202)
Total dos custos	<u>(57.251)</u>	<u>(53.721)</u>

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
<u>Despesas administrativa e gerais</u>		
Folha de pagamento	(1.345)	(1.785)
Material	(10)	(10)
Serviço	(2.397)	(2.348)
Depreciação e amortização s/ imobilizado	(93)	(165)
Total das despesas administrativa e gerais	<u>(3.845)</u>	<u>(4.308)</u>

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
<u>Vendas</u>		
Folha de pagamento	(283)	(320)
Serviço	(3)	(4)
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(800)	(67)
Depreciação e amortização s/ imobilizado	(1)	(1)
Total das despesas administrativa e gerais	<u>(1.087)</u>	<u>(392)</u>

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
<u>Outras receitas e despesas operacionais</u>		
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(1.408)	(74)
Custos de ociosidade	(935)	(360)
Depreciação e amortização de bens ociosos do imobilizado	(96)	(88)
Provisão para perda de estoques	(1.460)	231
Provisão para perda de estoques/sobressalentes	532	(215)
Desbloqueio de alvará	2.337	-
Outros	81	(202)
Total das outras receitas e despesas operacionais	<u>(949)</u>	<u>(708)</u>

Notas Explicativas

18. RESULTADO FINANCEIRO

	31/03/2025	31/03/2024
<u>Receitas financeiras</u>		
Juros sobre operações com partes relacionadas	1.753	2.400
Outros	2.706	253
	<u>4.459</u>	<u>2.653</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre operações com partes relacionadas (a)	(16.567)	(11.868)
Juros sobre arrendamento	(857)	(1.145)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(89)	(123)
Outros	(722)	(986)
	<u>(18.235)</u>	<u>(14.122)</u>
Resultado financeiro	<u>(13.776)</u>	<u>(11.469)</u>

(a) Atualização de juros referente aos mútuos recebidos do acionista CSN, o aumento entre cada período ocorre devido a liberação de novos contratos. Para maiores explicações ver nota explicativa nº 8.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Composição dos saldos

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações contábeis intermediárias foi:

Ativos financeiros	31/03/2025					Mais de 5 anos
	Valor contábil	Até 6 meses	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	
Caixa	1.185	1.185	-	-	-	-
Aplicações financeiras (nota 4)	5.414	5.414	-	-	-	-
Contas a receber (nota 5)	26.599	26.599	-	-	-	-
Partes relacionadas – Mútuo e Outras contas a receber (nota 8)	99.145	-	-	99.145	-	-
Total	<u>132.343</u>	<u>33.198</u>	<u>-</u>	<u>99.145</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Passivos financeiros	31/03/2025					Mais de 5 anos
	Valor contábil	Até 6 meses	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	
<u>Passivos financeiros não derivativos</u>						
Partes relacionadas – Mútuo (nota 8)	547.569	-	-	547.569	-	-
Arrendamentos a pagar (nota 12)	49.618	12.076	10.034	13.676	13.832	-
Fornecedores	30.555	30.555	-	-	-	-
Outras contas a pagar	16.610	13.403	1.674	-	1.533	-
Total	<u>644.352</u>	<u>56.034</u>	<u>11.708</u>	<u>561.245</u>	<u>15.365</u>	<u>-</u>

b) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justo.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

Notas Explicativas

Fornecedores e outras contas a pagar

Os fornecedores são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

O valor justo dos instrumentos financeiros é substancialmente próximo do valor contábil, considerando que os prazos de liquidação são muito curtos. Desta forma, a Companhia optou por não divulgar o quadro comparativo.

c) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em aplicações financeiras.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, as políticas da Companhia visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes e na escolha de instituições financeiras sólidas e de boa reputação.

A Companhia tem a política de manter suas aplicações financeiras em bancos de primeira linha com bons níveis de Rating.

d) Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez, leva em consideração a dívida de curto prazo e as previsões de ingresso de recursos e são realizadas pelo departamento financeiro da Companhia. Se necessário, aportes financeiros podem ser realizados pelo acionista controlador para assegurar o cumprimento das obrigações, investimentos e necessidade de caixa.

e) Risco de taxas de juros

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações significativas decorrentes das operações de mútuos com partes relacionadas, visto que as taxas praticadas nessas operações possuem custo fixo ou estão baseados no CDI. A Companhia não contrata instrumento financeiro específico para mitigar esses riscos.

f) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, não significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa CDI sobre os valores a receber de mútuo e aplicações financeiras atreladas a essa taxa, dos créditos a receber atrelados à taxa SELIC e da TJLP sobre a parte dos empréstimos e financiamentos que estão atrelados a esta taxa.

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativos em 99,68% do CDI	5.414	1.858
Ativos em 111,4% do CDI	96.888	97.013
Passivos em CDI + 4%	547.569	513.132

A Companhia apresenta abaixo três cenários de variação das taxas e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário 1 (provável) que é adotado pela Companhia, com 111,4% do CDI à taxa de 12,67% a.a., com CDI + 4% à taxa de

Notas Explicativas

15,27%, com 99,68% do CDI à taxa de 11,18% a.a., (ii) cenário 2, considerando um aumento e redução de 25% sobre as taxas e (iii) cenário 3, considerando um aumento e redução de 50% sobre as taxas.

Abaixo a demonstração da variação das taxas para o exercício findo em 31 de março de 2025, conforme cenário demonstrado acima:

<u>Cenário com redução do CDI</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário 1 (variação de 25%)</u>	<u>Cenário 2 (variação de 50%)</u>
Mútuos em CDI + 4% Despesa financeira	547.569	CDI a 15,27% (83.614)	CDI a 11,45% (57.112)	CDI a 7,64% (38.074)
Valores a receber em 111,4% CDI Receita financeira	96.888	CDI a 12,67% 12.276	CDI a 9,5% 8.828	CDI a 6,34% 6.143
Aplicações financeiras em 99,68% CDI Receita financeira	5.414	CDI a 11,18% 605	CDI a 8,39% 454	CDI a 5,59% 303
<u>Cenário com crescimento do CDI</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário 1 (variação de 25%)</u>	<u>Cenário 2 (variação de 50%)</u>
Mútuos em CDI + 4% Despesa financeira	547.569	CDI a 15,27% (83.614)	CDI a 19,09% (95.186)	CDI a 22,91% (125.421)
Valores a receber em 111,14% CDI Receita financeira	96.888	CDI a 12,67% 12.276	CDI a 15,84% 14.707	CDI a 19,01% 18.418
Aplicações financeiras em 99,68% CDI Receita financeira	5.414	CDI a 11,18% 605	CDI a 13,98% 757	CDI a 16,77% 908

20. COBERTURA DE SEGUROS (não auditado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de informações contábeis intermediárias, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de março 2025, a Companhia possui cobertura de seguros contra riscos operacionais, com o limite máximo de indenização de R\$ 25.000 para danos materiais, R\$ 10.000 para responsabilidade civil, ambas com datas de vigências de 30 de setembro de 2024 a 30 de setembro de 2025, seguros para veículos com limite máximo de indenização de danos materiais a terceiros de R\$ 500, danos corporais a terceiros de R\$ 1.000 com vigência até 10 de agosto de 2025 e seguro de responsabilidade civil de transporte ferroviário com limite máximo de R\$ 2.000, com vigência até 30 de junho de 2025. Ao final da vigência os seguros são renovados.

21. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM CAIXA

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Compensação de depósitos judiciais com provisões para riscos	(44)	(63)
Compensação entre contas a receber e contas a pagar	-	(343)
Compensação de partes relacionadas a pagar com mútuos a receber	(1.699)	(1.265)
Direito de uso	3.699	13.907
Reversão direito de uso	(852)	(147)

Notas Explicativas

* * * * *

Tufi Daher Filho
Diretor Presidente, Diretor de Relação
com Investidores e Diretor de
Administração e Finanças

Marcello Barreto Marques
Diretor Comercial e Operações

Glauton Fernandes Guimarães
CRC CE nº 026220/O-3
Contador Responsável

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre a revisão das informações trimestrais - ITR

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.
Fortaleza - CE

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações financeiras intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1 às informações financeiras intermediárias, que descreve que, no período de três meses findo em 31 de março de 2025, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$ 20.393 mil, (R\$ 15.028 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2024) e possui capital circulante líquido negativo de R\$ 24.156 mil (R\$ 27.724 mil em 31 de dezembro de 2024). A administração considera o pressuposto de continuidade operacional da Companhia e vem empreendendo diversas ações para reverter esse cenário, no entanto, algumas das ações não dependem exclusivamente da vontade da Administração. Esses eventos ou condições, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, caso não haja o suporte do acionista controlador. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais – ITR da Companhia, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 14 de maio de 2025

Mazars Auditores Independentes – Sociedade Simples Ltda.
CRC 2SP023701/O-8 CE

Tiago de Sá Barreto Bezerra
Contador CRC 1 CE 024436/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na qualidade de Diretores Executivos da FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A., declaramos nos termos do Art. 25, parágrafo 1º, item VI, da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que analisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de março de 2025.

Fortaleza, 14 de maio de 2025.

Tufi Daher Filho
Diretor Presidente, Diretor de Relação
com Investidores e Diretor de Administração e Finanças

Marcello Barreto Marques
Diretor Comercial e Operações

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Na qualidade de Diretores Executivos da FTL - Ferrovia Transnordestina Logística SA, declaramos nos termos do Art. 25, parágrafo 1º, item V, da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que analisamos, discutimos e concordamos com os termos do Relatório dos Auditores Independentes relativo às Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de março de 2025.

Fortaleza, 14 de maio de 2025.

Tufi Daher Filho
Diretor Presidente, Diretor de Relação
com Investidores e Diretor de Administração e Finanças

Marcello Barreto Marques
Diretor Comercial e Operações